



RENOVAÇÃO PARCIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E ENTRADA EM FUNÇÕES DE NOVOS MEMBROS DO TRIBUNAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E DO TRIBUNAL DA FUNÇÃO PÚBLICA

Audiência solene de 6 de Outubro de 2009

Por decisões de 25 de Fevereiro de 2009 e de 25 de Março de 2009, os representantes dos Governos dos Estados-Membros renovaram, para o período de 7 de Outubro de 2009 a 6 de Outubro de 2015, os mandatos dos juízes do Tribunal de Justiça Vassilios Skouris, Allan Rosas, Koen Lenaerts, Marko Ilešič, Aindrias Ó Caoimh, Rosario Silva de Lapuerta, Endre Juhász, Uno Lõhmus, Lars Bay Larsen, Camelia Toader e Jean-Jacques Kasel.

Foram nomeados, na qualidade de juízes do Tribunal de Justiça, por decisões de 25 de Fevereiro de 2009 e de 8 de Julho de 2009, para o período de 7 de Outubro de 2009 a 6 de Outubro de 2015, Marek Safjan, em substituição de Jerzy Makarczyk, Daniel Šváby, em substituição de Jan Klučka e, para o período de 7 de Outubro de 2009 a 6 de Outubro de 2012, Maria Berger, em substituição de Peter Jann.

Por decisão de 25 de Fevereiro de 2009, os representantes dos Governos dos Estados-Membros renovaram, para o período de 7 de Outubro de 2009 a 6 de Outubro de 2015, os mandatos dos advogados-gerais do Tribunal de Justiça Eleanor Sharpston, Juliane Kokott e Dámaso Ruiz-Jarabo Colomer. Através da mesma decisão, foi nomeado, na qualidade de advogado-geral do Tribunal de Justiça, para o período de 7 de Outubro de 2009 a 6 de Outubro de 2015, Niilo Jääskinen, em substituição de Luís Miguel Poiares Pessoa Maduro.

Por decisões de 25 de Fevereiro de 2009 e de 8 de Julho de 2009, foram nomeados, na qualidade de juízes do Tribunal de Primeira Instância para o período de 1 de Setembro de 2009 a 31 de Agosto de 2010, Heikki Kanninen, na sequência da demissão de Virpi Tiili e, para o período de 7 de Outubro de 2009 a 31 de Agosto de 2010, Juraj Schwarcz, na sequência da demissão de Daniel Šváby.

Por decisão de 9 de Junho de 2009, foi nomeada, na qualidade de juíza do Tribunal da Função Pública da União Europeia para o período de 1 de Setembro de 2009 a 31 de Agosto de 2015, Maria Isabel Rofes i Pujol, na sequência da demissão de Heikki Kanninen.

Teve hoje lugar uma audiência solene no Tribunal de Justiça por ocasião da cessação de funções e da partida de Peter Jann, Luís Miguel Poiares Pessoa Maduro, Jerzy Makarczyk, Jan Klučka e Virpi Tiili, bem como da prestação de juramento e da entrada em funções dos novos membros da instituição.

Maria Berger

Nascida em 1956; estudos de Direito e de Economia (1975-1979), Doutora em Direito; assistente e encarregada de curso no Instituto de Direito Público e Política da Universidade de Innsbruck (1979-1984); funcionária do Ministério Federal da Ciência e da Investigação, tendo desempenhado, por último, as funções de chefe de unidade adjunta (1984-1988); presidente federal da Juventude Socialista (1984-1987); colaboradora para as questões relativas à UE na Chancelaria Federal (1988-1989); chefe do serviço "Integração europeia" da Chancelaria Federal (preparação da adesão da Áustria à União Europeia) (1989-1992); directora no Órgão de Fiscalização da EFTA, em Genebra e em Bruxelas (1993-1994); vice-presidente da Donau-Universität de Krems (1995-1996); deputada ao Parlamento Europeu (Novembro de 1996 – Janeiro de 2007 e Dezembro de 2008 – Julho de 2009) e presidente de delegação (Julho 2004 - Janeiro 2007 e Dezembro 2008 – Julho 2009); coordenadora do PSE no âmbito da comissão jurídica (Julho de 2004 – Janeiro de 2007); membro suplente da Convenção Europeia sobre o Futuro da Europa (Fevereiro de 2002 – Julho de 2003); vice-presidente do grupo dos deputados socialistas do Conselho Nacional, do Conselho Federal e do Parlamento Europeu (Julho de 2004 – Janeiro de 2007 e Dezembro de 2008 – Julho de 2009); membro do Conselho Municipal da cidade de Perg (Setembro de 1997 – Setembro de 2009); Ministra Federal da Justiça (Janeiro de 2007 – Dezembro de 2008); juíza no Tribunal de Justiça desde 7 de Outubro de 2009.

Marek Safjan

Nascido em 1949; Doutor em Direito (Universidade de Varsóvia, 1980); habilitação ao grau de Doutor em Ciências Jurídicas (Universidade de Varsóvia, 1990); Professor titular de Direito (1998-2009); director do Instituto de Direito Civil da Universidade de Varsóvia (1992-1996); vice-reitor da Universidade de Varsóvia (1994-1997); secretário-geral da secção polaca da associação Henri Capitant dos amigos da cultura jurídica francesa (1994-1998); representante da Polónia no Comité de Bioética do Conselho da Europa (1991-1997); presidente do Conselho Científico do Instituto da Justiça (1998); juiz no Tribunal Constitucional (1997-1998) e, posteriormente, presidente deste mesmo tribunal (1998-2006); membro da Academia Internacional de Direito Comparado (desde 1994), membro da Associação Internacional de Direito, Ética e Ciência (desde 1995), membro do Comité polaco de Helsínquia; membro da Academia Polaca das Artes e Letras; medalha pro merito atribuída pelo secretário-geral do Conselho da Europa (2007); autor de inúmeras publicações nos domínios do Direito Civil, do Direito Médico e do Direito Europeu; juiz no Tribunal de Justiça desde 7 de Outubro de 2009.

Daniel Šváby

Nascido em 1951; Doutor em Direito (Universidade de Bratislava); juiz do Tribunal de Primeira Instância de Bratislava; juiz do Tribunal de Segunda Instância em matéria de direito civil e vice-presidente do Tribunal de Segunda Instância de Bratislava; membro da secção de direito civil e família no Instituto do Direito do Ministério da Justiça; juiz interino do Supremo Tribunal encarregado dos processos de direito comercial; membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem (Estrasburgo); juiz do Tribunal Constitucional (2000-2004); juiz no Tribunal de Primeira Instância de 12 de Maio de 2004 a 6 de Outubro de 2009; juiz no Tribunal de Justiça desde 7 de Outubro de 2009.

Niilo Jääskinen

Nascido em 1958; licenciado em Direito (1980), diploma de estudos avançados em Direito (1982), Doutoramento (2008) pela Universidade de Helsínquia; encarregado de curso na Universidade de

Helsínquia (1980-1986); referendário e juiz temporário no tribunal de primeira instância de Rovaniemi (1983-1984); consultor jurídico (1987-1989) e, posteriormente, chefe da secção de Direito Europeu (1990-1995) do Ministério da Justiça; consultor jurídico no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1989-1990); consultor e secretário para os assuntos europeus na Grande Comissão do Parlamento finlandês (1995-2000); juiz temporário (Julho de 2000 – Dezembro de 2002) e, posteriormente, juiz (Janeiro de 2003 – Setembro de 2009) no Tribunal Administrativo Supremo; responsável pelas questões jurídicas e institucionais no âmbito das negociações para a adesão da República da Finlândia à União Europeia; advogado-geral no Tribunal de Justiça desde 7 de Outubro de 2009.

Heikki Kanninen

Nascido em 1952; licenciado pela Escola de Altos Estudos Comerciais de Helsínquia e pela Faculdade de Direito da Universidade de Helsínquia; referendário no Tribunal Administrativo Supremo da Finlândia; secretário-geral do Comité para a reforma da protecção jurídica na Administração Pública; administrador principal no Tribunal Administrativo Supremo; secretário-geral do Comité para a reforma do contencioso administrativo, consultor na Direcção da Legislação do Ministério da Justiça; secretário-adjunto no Tribunal EFTA; referendário no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias; juiz do Tribunal Administrativo Supremo (1998-2005); membro da comissão de recurso dos refugiados; vice-presidente do comité para o desenvolvimento das instituições judiciais finlandesas; juiz no Tribunal da Função Pública de 6 de Outubro de 2005 a 6 de Outubro de 2009; juiz no Tribunal de Primeira Instância desde 7 de Outubro de 2009.

Juraj Schwarcz

Nascido em 1952; Doutor em Direito (Universidade Comenius de Bratislava, 1979); jurista consultor de empresa (1975-1990); responsável pelo registo comercial junto do tribunal da comarca de Košice (1991); juiz no tribunal da comarca de Košice (Janeiro-Outubro de 1992); juiz e presidente de secção no tribunal regional de Košice (Novembro de 1992-2009); juiz destacado no Tribunal Supremo da República Eslovaca, secção de direito comercial (Outubro de 2004-Setembro de 2005); presidente do Colégio de Direito Comercial do tribunal regional de Košice (Outubro de 2005-Setembro de 2009); membro externo do Departamento de Direito Comercial e Económico da Universidade P.J. Šafárik de Košice (1997-2009); membro externo do corpo docente da Academia Judiciária (2005-2009); juiz no Tribunal de Primeira Instância desde 7 de Outubro de 2009.

Maria Isabel Rofes i Pujol

Nascida em 1956; estudos em Direito (licenciatura en derecho, Universidad de Barcelona, 1981); especialização em comércio internacional (México, 1983); estudos de integração europeia (Câmara de Comércio de Barcelona, 1985) e de Direito Comunitário (Escola d'Administració Pública de Catalunya, 1986); funcionária na Generalitat de Catalunya (membro do serviço jurídico do Ministerio da Indústria e da Energia, Abril de 1984-Agosto de 1986); membro da Ordem dos Advogados de Barcelona (1985-1987); administradora e, posteriormente, administradora principal na Divisão de Investigação e Documentação do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (1986-1994); referendária no Tribunal de Justiça (gabinete do advogado-geral D. Ruiz-Jarabo Colomer, Janeiro de 1995-Abril de 2004; gabinete do juiz Uno Lõhmus, Maio de 2004-Agosto de 2009); encarregada de curso da cadeira de Contencioso Comunitário na Faculdade de Direito da Universitat Autònoma de Barcelona (1993-2000); numerosas publicações e sebatas em matéria de Direito Social Europeu;

membro da Câmara de Recurso do Instituto Comunitário das Variedades Vegetais (2006-2009); juíza no Tribunal da Função Pública desde 7 de Outubro de 2009.

Documento não oficial, para uso exclusivo dos órgãos de informação, que não envolve a responsabilidade do Tribunal de Justiça.

Contacto Imprensa: Agnès López Gay ☎ (+352) 4303 3667

Imagens da audiência solene estarão disponíveis em "[Europe by Satellite](#)" ☎ (+32) 2 2964106